

**A ESPADA POR CETRO:
DO OCASO DA COMUNA DE PARIS, A ANÁLISE DE ENGELS SOBRE A
MÁQUINA DE GUERRA NACIONAL DO CAPITAL CONTRA O TRABALHO**

Rodrigo Medina Zagni*

*“Os homens que caíam estavam realmente mortos; os gritos dos feridos eram
gritos verdadeiros; e, além disso, a coisa era toda ela tão intensamente*

histórica.”

Karl Marx¹

A condição de um dos mais eruditos analistas militares de seu tempo, atribuída a Friedrich Engels e reconhecida internacionalmente pelo menos desde a década de 1860 (mantida até o fim de sua vida), nestes dois séculos póstumos acabou eclipsada pelas contribuições que resultaram no assentamento da crítica da economia política e do materialismo histórico-dialético, pedras angulares do marxismo clássico. A não ser, por óbvio, para os poucos conhecedores de mais de uma centena de escritos que demarcaram sua participação no desenvolvimento da “ciência da guerra” no século XIX.

Este repertório textual, quando organizado, aparece inscrito desde os textos publicados entre 1853 e 1856 pelo “New York Daily Tribune”, tratando-se de 170 artigos sobre conflitos internacionais escritos no mesmo período em que se dava a Guerra da Criméia e sobre a qual 92 desses textos versaram; os estudos sobre os exércitos europeus publicados pela “Putnam’s Monthly”, no final de 1855; também os primeiros verbetes sobre temas militares publicados pelo “The New American Cyclopedic”, de 1857 a 1860; além de artigos que ganharam as

* Docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e coordenador do Grupo de Pesquisa “Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea da UNIFESP. É bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP e faz pós-doutorado no Departamento de História da USP. É militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), compõe a Coordenação Estadual de São Paulo da Corrente Sindical Unidade Classista e constrói o Movimento por uma Universidade Popular (MUP).

¹ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *História, natureza, trabalho, educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 247.

páginas do inglês “The New Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire” e do alemão “Allgemeine Militar Zeitung”, de 1857 a 1862 (exatamente o período em que se consolidou o prestígio de Engels em textos sobre a guerra), somando 107 outros artigos.²³ Mas chegam, os tidos escritos militares, até a década de 1860 quando os pontos de maior tensão das relações internacionais passam a ser os casos tardios das unificações italiana e alemã e suas subseqüentes guerras intestinas. Sobre o tema, ainda em 1859, Engels publicou “O pó e o Reno”⁴ e, ao longo da década seguinte, se debruçou com afinco à produção de análises sobre questões militares e incursões sobre o espectro teórico da guerra, do que resulta o conceito de “guerras revolucionárias”, entre outros contributos que o consagrariam como um estrategista militar dos processos revolucionários e um dos mais eruditos estudiosos dos exércitos europeus.

Quanto aos temas abordados nesses escritos, versam eles sobre uma temporalidade que se estende da Antiguidade até o séc. XIX, tratando da organização dos exércitos, dos contingentes de conscritos, de batalhas decisivas em guerras europeias, dos avanços técnicos da indústria bélica, de inovações táticas e estratégicas, da engenharia e logística militar, a verbetes como “Artilharia”, “Cavalaria”, “Fortificação”, “Marinha” e uma série de outros dedicados aos armamentos disponíveis à época⁵.

O conjunto desta literatura revela uma escrita que destoa das convencionais narrativas militares, descritivas, factuais e comprometidas com tanto com a caserna quanto com as chancelarias, comuns também à história diplomática, servil à legitimação dos Estados modernos; em seu lugar, os exércitos ganhavam historicidade e as guerras (e todos os seus elementos constitutivos) passavam a ser analisadas a partir da tessitura social por sobre a qual ela se desenvolvia, bem como inovações técnicas era associadas aos termos do desenvolvimento técnico-industrial em marcha.

² FERREIRA, Muniz; “Friedrich Engels e a evolução da ciência da guerra no século XIX”; in: BRANCO, Mauro Castelo; FERREIRA, Muniz; MORENO, Ricardo (orgs.). *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 123-124.

³ A atribuição da autoria desses textos a Engels passa pela observação de uma prática que Marx e Engels tiveram desde que escreviam para o “New York Daily Tribune”, em que textos assinados por Marx eram de autoria, em verdade, de Engels, expediente que possibilitou liberar o amigo para a escrita de suas obras de economia política. Cf.: Ibid. p. 125.

⁴ Cf.: MARX, K.; Engels, F. *Collected Works*. Vol. 18. Londres: Lawrence & Wishart, 1983, pp. 211-355.

⁵ Cf.: MARX, K.; Engels, F. *Collected Works*. Op. Cit. pp. 340-363.

Mas esta cronologia e repertório temário, dos escritos militares, findam antes que Engels tivesse se ocupado do desenvolvimento e dos destinos da Comuna de Paris, de 1871, cujas análises são então inseridas no cômputo de seus escritos políticos, como se não fosse a guerra do capital contra o trabalho, forma e conteúdo do massacre dos *cummunards*, a continuação da política por outros meios⁶. Desta outra textualidade, portanto fora da chancela dos “escritos militares”, é que recuperaremos as reflexões de Engels sobre guerra, exército, guerra revolucionária e exército revolucionário.

Em texto dirigido aos membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) na Europa e nos Estados Unidos, datado de 30 de maio de 1871, Karl Marx afirmava a Comuna de Paris como uma esfinge que afligia o espírito burguês⁷. Mas não é apenas à burguesia daquele tempo que a comuna imporia enigmas: é sobretudo à esquerda mundial, em seus mais diversos matizes, contemporânea ao seu decurso e no porvir de seus desdobramentos, que os mais consistentes problemas foram elaborados⁸.

Dentre eles, colheremos as reflexões elaboradas por Fredrich Engels tanto acerca da guerra nacional movida contra as classes sublevadas na França, quanto a percepção sobre a condição inexorável da guerra civil em processos

⁶ A síntese é da lavra do general prussiano CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010, pp. 7-30.

⁷ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. p. 229.

⁸ Cf.: MARX, Karl; “O que foi a Comuna de Paris?”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003, pp. 41-58; LENIN, Vladimir; “Ensinamentos da Comuna”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Op. Cit.; pp. 101-104; LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 55-74; TROTSKY, Leon; “A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets”; in: Op. Cit. pp. 151-178; ENGELS, Friedrich; “A Guerra Civil na França”; in: COGGIOLA, Osvaldo. Op. Cit. pp. 71-86; BOURGIN, Georges. *La comuna*. Buenos Aires: Eudeba, 1962, pp. 7-102; LUQUET, P.; “A Comuna de Paris”; in: DUNOIS, A.; LUQUET, P.; MARTOV, Y.; TROTSKY, L.; ZINOVIEV, G. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968, pp. 9-42; MARTOV, Y. “Marx, Lênin e a Comuna de Paris”; in: DUNOIS, A.; LUQUET, P.; MARTOV, Y.; TROTSKY, L.; ZINOVIEV, G. Op. Cit. pp. 219-244; LISSAGARAY, Hippolyte Prosper Olivier. *História da comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991, pp. 40-68; BELMARTINO, Susana; “La Comuna de París”; in: *Historia del Movimiento Obrero*, vol. 2. México, Centro Editor de América Latina, 1986, pp. 65-96; COGGIOLA, Osvaldo. *Capitalismo: origens e dinâmica histórica*. Porto Alegre: Pradense, 2016, pp. 640-673; HUGO, V.; “Carta aos Srs. Maurice e Vacquerie”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii. Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992, pp. 67-77; RIMBAUD, A.; “Carta do Barão de Petdechevre a seu secretário no castelo de Saint-Magloire”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii*. Op. Cit. pp. 261-265; VALES, J.; “Quando eles estiverem lá - A Festa - Decidam-se - É preciso escolher - Os nossos - Paris livre”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii*. Op. Cit. pp. 15-29; KAUTSKY, K.; “La segunda comuna parisiense”; in: KAUTSKY, K.; TROTSKY, L. *Terrorismo y comunismo*. Madrid: Biblioteca Jucar, 1977, pp. 41-83; LIDSKY, Paul. *Los Escritores Contra la Comuna*. México: Siglo XXI, 1970, pp. 179-187; ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Global, 1986, pp. 179-204.

revolucionários e as concepções de guerra revolucionária e de exército revolucionário. Pensar a guerra a partir destes marcos e de seus funestos resultados, para aqueles que antes de tombar lograram “assaltar os céus”⁹, implica revisitar os termos de uma teoria da guerra nas fundações do materialismo histórico-dialético.

Não apenas porque caíram os *communards* frente às tropas do exército regular, este sob ordens de Adolphe Thiers¹⁰, definindo os destinos da comuna no anverso de todas as suas aspirações e notáveis realizações; mas porque abrindo-se a etapa da guerra civil como parte da revolução que ali tinha curso, o despreparo dos revoltosos e o preço pago por isso em vidas e em possibilidades concretas de transformação da realidade social deram razão a uma série de elaborações sobre a correlação “guerra e revolução”.

Tivessem sido exitosos em seus propósitos, bastaria tomar o controle da institucionalidade do Estado e, nele, de seus “órgãos oniscientes”¹¹ (dentre os quais o exército permanente) para que se fizesse operá-lo em favor da emancipação dos subalternos e não mais para a manutenção das relações de exploração que agrilhoavam a classe trabalhadora na base da estrutura econômica? Ou seria necessário destruí-lo a fim de recompô-lo noutros termos, dando-lhe nova coerência e forma, incluso às armas?

São indagações que compõem o mesmo espectro e nos dirigem a uma análise mais detida sobre o problema da guerra nas elaborações que semearam tradições marxistas.

O questionamento, dirigido à classe operária por Marx, é seguido pela assertiva de que tanto exércitos permanentes quanto aparatos policiais, burocracias administrativas, clero e magistratura constituíam-se como órgãos

⁹ A expressão tem origem na caracterização da Comuna de Paris feita por Marx, ao afirmar terem as massas tomado “o céu de assalto”. Cf.: MARX, Karl; “Carta de Marx a L. Kugelmann (Londres, 12 de abril de 1871)”; *Princípios*. Revista Teórica, Política e de Informação. Ed. Anita Garibaldi, n° 7, Dez. 1983, pp. 30 e 31, onde pode-se ler: “De qualquer forma, a insurreição de Paris – mesmo no caso em que venha ser esmagada pelos lobos, pelos porcos e pelos cães vis da velha sociedade – constitui a mais heróica façanha de nosso Partido, desde o período da insurreição de junho. Comparem-se a estes parisienses – dispostos a assaltar o céu – os servos do sagrado império romano germânico-prussiano, com suas mascaradas antediluvianas que cheiram a quartel, a igreja, a Junkers e, acima de tudo, a filisteísmo”.

¹⁰ Marie Joseph Louis Adolphe Thiers foi o primeiro presidente da Terceira República Francesa, governando de 1870 a 1873.

¹¹ Cf.: MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. p. 229.

onipresentes circunscritos à cúpula centralizada de poder, na institucionalidade do Estado, desde as monarquias absolutistas saídas das estruturas medievais de governo e sociedade, adentrando ao processo de formação dos Estados modernos como instrumentos de luta da burguesia citadina contra a feudalidade em declínio, preparando o seu domínio de classe posterior¹². A afirmação é ancorada na defesa de uma racionalidade que teria animado todo o processo de organização dessa maquinaria, a partir de uma complexa hierarquização baseada na burguesa concepção de divisão do trabalho social. Apesar desta condição, órgãos como o exército só se tornariam instrumentos efetivamente burgueses com a demissão de uma série de entulhos medievais; estruturas em decomposição, mas ainda resistentes às mudanças em curso e precipitadas pela inserção do trabalho livre e assalariado no mundo da produção de bens de consumo, tanto quanto do domínio de uma pujante burguesia mercantil sobre todos os elementos da circulação comercial em rotas de longo curso, almejando um duplo salto a partir da preponderância até ali alcançada: na direção do controle pleno das relações de produção e no sentido da superestrutura jurídico-política, este que só seria dado no final do século XVIII, em França, enquanto o seu domínio pleno de classe seria facultado pelo “capitalismo verdadeiramente

¹² A caracterização feita por Marx adentra à controvérsia posterior sobre a natureza histórica das monarquias absolutistas, compreendendo no debate historiográfico três hipóteses: a de um Estado burguês, feudal ou neutro, em razão de seu caráter de classe. Engels manifestou entendimento diverso quando afirmou, em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, texto de 1884 (utilizamos a edição ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984), que o absolutismo teria sido produto de um equilíbrio de classe, período excepcional em que as classes em luta – a antiga senhoria feudal e a nova burguesia urbana - se equilibram. Do longo debate dedicado ao problema da natureza social do absolutismo, tema central para a compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa e de que se ocupou uma historiografia marxista, a síntese elaborada por Perry Anderson, publicada em 1974 na obra “As linhagens do Estado Absolutista” (utilizamos a edição ANDERSON, Perry. *As linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: UNESP, 2016), tanto a caracterização feita por Marx, de uma concepção burguesa dos Estados modernos na sua luta contra o feudalismo e que levaria a uma dominação direta do capital, quanto aquela feita por Engels, de um equilíbrio entre nobreza e burguesia, tem-se a defesa de que, durante uma primeira fase da Idade Moderna, a classe dominante teria sido a mesma de toda a Idade Média: a aristocracia feudal que, nos séculos que se seguiram ao início da era moderna, durante toda a vigência do Estado Absolutista, jamais teria sido desalojada do seu domínio do poder político. Logo, o absolutismo, ao contrário do que afirmaram Marx e Engels, teria consistido num aparelho de dominação feudal cujo objetivo era o de sujeitar as massas camponesas a sua posição social tradicional. A defesa é sustentada por estudos pretéritos ao de Perry Anderson, de escopo análogo, no seio da história social britânica (caso de Christopher Hill) e mesmo fora dela (como nos escritos de Louis Althusser).

existente”, na forma que lhe dera a Revolução Industrial, por sua vez consolidada na primeira metade do século XIX.

No entanto, para Engels, a burguesia francesa teve condição de dominância política apenas durante os dois anos de experimento republicano, de 1849 a 1850, garantindo a sua proeminência com a outorga do poder político que cumulara ao império de Luis Bonaparte e, mais propriamente, ao exército.¹³

Com o advento de uma burguesia industrial e sua contraparte, o proletariado, reconfigurando-se as relações capital-trabalho a partir do implemento da maquinaria fabril e do trabalho alienado no mundo da produção de bens de consumo, as contradições de classe se asseveraram de tal forma que da superestrutura jurídico-política - o Estado -, uma vez desvencilhado dos agentes e das mentalidades da ordem senhorial anterior, assumiu a forma de “poder nacional do capital sobre o trabalho”¹⁴. Sua função primal seria a de manter as classes subalternas – agora o proletariado urbano – subjugadas pelos interesses dos proprietários dos meios de produção, valendo-se para isso dos seus aparatos formais de repressão que, como instrumentos do capital, foram operados para a crescente exploração da força de trabalho ao passo da otimização de taxas de lucro, na estrutura econômica.

Esta condição, em França, foi alcançada apenas em 1830, quando em termos jurídico-formais caíram enfim os privilégios senhoriais frente aos interesses do capital já defronte ao seu mais vultoso antagonista: a classe operária. É este o tom do republicanismo que ao tomar o controle do Estado francês dirigiu-se ao inimigo de classe de outrora, partidários da realeza e demais oligarquias fundiárias, afagando suas incertezas com claras demonstrações de que a república social significava, para a classe trabalhadora, a perpetuação da sua sujeição sob nova clava e novo algoz.

Engels esclareceu, tratando da condição tardia do caso alemão, que as alianças pactuadas pela burguesia a fim de garantir seu poder de classe se deram todas com os elementos reacionários da ordem senhorial imediatamente anterior: a realeza, o exército e a aristocracia rural. A aliança entre as classes

¹³ ENGELS, Friedrich; “Prefácio de A Guerra Camponesa na Alemanha”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1976, p. 128.

¹⁴ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. p. 230.

proprietárias, na estrutura econômica, e os agentes da superestrutura política, incluso aqueles sem mais equivalente em capacidade de pagamento, acompanhada do agigantamento do proletariado urbano e do processo de tomada de consciência acerca da sua expressão e potencial de transformação da realidade social, teve como condição o recrudescimento dos aparatos de repressão (exército e polícia) sobre os esforços de organização da classe operária.¹⁵

Em termos análogos, para Marx, a república parlamentar que teve à frente Luís Bonaparte é a expressão, para os trabalhadores, de um confessado “terrorismo de classe”¹⁶ que não se alterou com o golpe de Estado fundador do segundo Império, senão acabou explicitado quando, como resultado da desastrosa atuação internacional do autoproclamado imperador, a Prússia trouxe a França aos seus estratagemas de guerra no interesse da unificação nacional alemã, sob a política do “sangue e aço” do chanceler Bismarck e que teria como ônus ao perdedor o término de seu regime¹⁷.

Mas, na marcha dialética da história, a contradição gerada pelo império não foi a guerra franco-prussiana *per se*, senão o movimento que se ergueu das exéquias e escombros de sua destruição humana e material: a Comuna de Paris. A forma peculiar do republicanismo social proclamado pelos *communards* batia-se contra o propósito de o império restabelecer o poder de classe da oligarquia rural e que, uma vez recomposto, o governo de Thiers se empenharia em manter.

A pergunta elaborada por Marx, quanto às instituições onipresentes do Estado, foi respondida pela comuna quando ao exército regular deu lugar, por decreto, a Guarda Nacional formada majoritariamente por operários. Ao invés de combatentes profissionais, o povo em armas, movido pelo propósito da destruição da velha ordem (ainda que não soubesse ao certo o que poria em seu lugar!). Substituir o exército e a polícia significava, para a comuna, decompor os “elementos da força física do antigo governo”¹⁸.

¹⁵ ENGELS, Friedrich; “Prefácio de A Guerra Camponesa na Alemanha”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. Cit. p. 129.

¹⁶ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. pp. 230 e 231.

¹⁷ Cf.: COGGIOLA, Osvaldo; ZAGNI, Rodrigo Medina; “Capitalismo tardio: a Alemanha e a ordem europeia”; in: COGGIOLA, Osvaldo. *Do moderno ao contemporâneo: uma história do mundo na era do capital*. São Paulo: Livraria da Física, 2019, pp. 530-550.

¹⁸ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. p. 233.

Ainda que a comuna não tivesse elaborado um projeto de organização nacional, limitando o seu raio de atuação à Paris e poucos centros próximos, concebendo de maneira imprecisa possibilidades de estender seu modelo de autogoverno à toda a realidade francesa (dos grandes centros industriais aos rincões campestres), o levante popular deu razão à organização da contrarrevolução que, tendo à frente as forças policiais francesas, rapidamente empreendeu cerco à Paris a fim de que não houvesse contágio das províncias onde, já tendo os rurais percebido a falácia do discurso bonapartista e o caráter repressivo do governo de Thiers, acentuando-se a coerção do campesinato, um levante geral dos camponeses poderia rapidamente ser iniciado pelas notícias dos êxitos revolucionários havidos na “cidade luz”.

O cerco explicitou não apenas a etapa armada, na forma da guerra civil, como variável lógica do processo revolucionário, mas fincou as certezas de Marx quanto à necessidade de destruir, da ordem que se pretendia pôr à termo, os órgãos de repressão do poder governamental que conduzia o Estado-coerção.¹⁹

Logo, o termo “comuna” não se confunde com formas comunais de organização da produção e de tessituras sociais comuns ao Ocidente medieval, de semianarquia feudal na luta contra o processo de centralização política que deu forma, na crise do feudalismo, ao absolutismo. Comunas que, inclusive, forneceram aos Estados modernos, em seu período ainda formativo, a essência de seu caráter social, mantido o campesinato servil subalternizado, em suas estruturas de organização, pelas mesmas classes senhoriais; ainda que, para o concurso da coerção político-legal, estivesse este senhoriado, neste novo momento, encastelado na cúpula centralizada e militarizada dos recém-paridos Estados modernos, pretendendo o exercício do poder político amparado por exércitos permanentes, polícia e magistratura, sem mais lastro com a dominância de classe que outrora exercera a feudalidade desde a estrutura econômica, calcada a sua capacidade de pagamento, neste novo momento, no controle indireto (via burocracia administrativa, sistemas fiscais e poder eclesiástico-civil) sobre as corporações de ofício e, a partir delas, das oficinas de manufatura e na expropriação das atividades comerciais burguesas, sob a égide do mercantilismo, enquanto tentava um enlace, como numa dança de corte, com

¹⁹ Ibid. p. 234.

os agentes das Altas Finanças²⁰: a alta burguesia a quem, desde o Renascimento, fora facultada a compra de títulos de nobreza e franqueado o ambiente das cortes²¹, ao passo de um crescente endividamento público que decorreu do financiamento, pelo capital bancário, aos custosos empreendimentos dos Estados modernos, da manutenção de uma dispendiosa burocracia administrativa à guerra e a expansão ultramarina e comercial.

A Comuna de Paris, ao contrário, se bateu frontalmente contra o Estado erigido com o propósito de prover as relações de exploração com a veste da legalidade, enquanto as ideias dominantes desta época, produzidas e difundidas pelas classes dominantes, plasmavam as suas legitimidades²². Marx o explicou afirmando a forma política expansiva da comuna, oposta às formas anteriores, todas elas repressivas²³.

... Ela era [a Comuna de Paris] essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.²⁴

Sua tarefa histórica, ainda que seus agentes não tivessem tido o tempo necessário para o desenvolvimento desta consciência, era a de contrapor-se às formas de exploração que fundamentavam a estratificação social da ordem burguesa e a própria dominação de classe; parte, com isso, do processo de emancipação da classe trabalhadora na luta contra o capital.

E, segundo Marx, a carência de consciência se expressava, no propósito comunista da Comuna de Paris, como “comunismo impossível”. Dos desvios que compunham o mosaico de proposituras políticas que disputaram a comuna, houve inclusive aqueles mais sagazes, parasitários da ordem que desmoronava e percebendo a ruína inevitável, modulando discursos a fim de acomodar seus

²⁰ Cf.: ARRIGHI, Giovanni. *O longo séc. XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996, pp. 27-85.

²¹ Cf.: ELIAS, Norbet. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, *passim*; ELIAS, Norbet. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, *passim*.

²² Sobre o conceito de ideologia cunhado por Marx, Cf.: MARX, Karl; “Marx a Paul Annekov, dezembro de 1846”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977, pp. 30, 45 e 46.

²³ MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; Op. Cit. p. 236.

²⁴ *Ibid.*

interesses de classe às transformações em marcha: é daí que provêm formas de produção como a “cooperativa”, que tenderia à permanência de muitos dos caracteres das formações que deveriam, por definitivo, perecer²⁵.

A comuna, assim sendo,

não tem de realizar ideais, mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade burguesa em colapso. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heroica de agir à altura dela, a classe operária pode se permitir sorrir à invectiva grosseira dos lacaios de pluma e tinteiro e ao patrocínio didático dos doutrinadores burgueses de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.²⁶

E apesar de todas as suas inconsistências, fora a Comuna de Paris não apenas revolucionária, mas o primeiro assalto da classe operária ao poder institucional que dava forma jurídico-legal à sua exploração.

Ao distanciar-se da coerência intrínseca ao Estado-coerção, o exército (um de seus órgãos oniscientes) e a guerra seriam também ressignificados pela comuna. Na guerra interestatal, sucumbiu o império francês às saraivadas de canhão da artilharia prussiana que fustigou Paris num dos mais sangrentos cercos de sua história, enquanto setores da burguesia francesa ora conspiravam com o inimigo, ora patrocinavam caçadas policiais a alemães nas ruas de suas cidades.

A comuna, ao contrário, ainda que circunscrita à Paris manifestava propósito internacional ao dar voz às aspirações e às ações insurrecionais não de um espírito nacional, mas de uma identidade de classe que transcendia as fronteiras riscadas no mapa político europeu pelos grandes impérios.

Em sua configuração interna, o exército da comuna não reservava privilégios às suas vozes de comando; mais de uma vez generais foram expulsos e até mesmo presos quando qualquer tipo de desleixo acabava sendo constatado.

Mas antes de tratarmos da compreensão erigida por Engels sobre a organização militar do Estado, seja na guerra do capital conta o trabalho, seja no processo revolucionário que pretende a emancipação da classe trabalhadora como luta anticapitalista, é preciso avançar sobre uma etapa prévia de suas

²⁵ Ibid. p. 237.

²⁶ Ibid. p. 238.

reflexões: a análise do princípio da autoridade, esta estendida desde o Estado a todos os seus órgãos oniscientes; sobretudo para não cairmos na vala comum de que a luta política contra o capital, que demanda das classes sublevadas o enfrentamento com a repressão estatal, equivaleria a uma luta pura e simplesmente contra o autoritarismo, o que permitiria afirmar possibilidades de um “capitalismo humanizado”.

A incumbência da coerção jurídico-legal para a subordinação do campesinato servil a novas formas de violência institucional, no processo formativo dos Estados modernos; tanto quanto a condição de Estado policial voltado à repressão de quaisquer esforços de organização da classe operária, já sob o signo do capitalismo industrial, revelam o caráter repressor do Estado e seus órgãos (sobretudo o exército, a polícia e a magistratura), dotado dos meios institucionais para a submissão e expropriação da força de trabalho basilar na estratificação social. Esta conjunção permitiu que não poucos socialistas (somados aos tantos anarco-sindicalistas na condição de “socialismo utópico”²⁷) se referissem a este aparato repressor, a fim de caracterizá-lo como inimigo em forma sintética, como autoritário. Não que o Estado, nesses termos, não constituísse um aparato de opressão; a questão em tela envolve a análise das condições concretas e sócio históricas implicadas para que o Estado assumisse esta condição. Ausente essa perspectiva, na luta política para a emancipação da classe trabalhadora o inimigo seria reduzido à síntese do autoritarismo; daí a teleológica relação entre repressão e expropriação de classe: o caráter autoritário, de fundo malévol, seria a pedra filosofal da opressão da classe trabalhadora. O problema estaria inscrito, nessa perspectiva, no campo moral. Em termos axiológicos, esse infantil entendimento poderia ser expresso como a luta do bem maior contra a fonte de todo o mal e, assim sendo, ao invés de uma teoria política, mais valeria uma argumentação justa, manejada por uma hábil oratória que, enfim, daria conta do problema; enquanto no lugar da luta política, a mera esgrima retórica resolveria. Não haveria nenhuma outra tarefa a cumprir, muito menos uma crítica à economia política para erigir.

²⁷ Cf.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007, pp. 76 a 80.

Essas divisas já estariam presentes internamente à comuna onde a maioria blanquista²⁸ conduzia o Comitê Central da Guarda Nacional, frente a uma minoria de militantes da AIT, estes, por sua vez, sob forte influência proudhoniana²⁹. Entre ambas as posturas é que encontramos a crítica de Engels:

... a ironia da história quis – como acontece geralmente quando o poder cai nas mãos dos doutrinários – que tanto uns quanto os outros fizessem o contrário do que a doutrina de sua escola respectiva prescrevia. (...) Por isso a Comuna foi a tumba da escola proudhoniana do socialismo (...) Essa escola desapareceu dos meios operários franceses e a teoria de Marx predomina sem discussão.³⁰

Em texto escrito para o “Almanaque Republicano” (lavrado em 1872 e publicado apenas em 1874), Engels se enfrentou com o problema afirmando a autoridade como condição de imposição da vontade, tendo como contraparte a subordinação daquele que, livre de coerção, não seria levado a fazer algo ou a deixar de fazê-lo³¹. Na organização política da vida social (o que, concebemos, inclui o seu grau máximo de complexidade institucional, a saber, o Estado e seus órgãos oniscientes) não haveria como pôr fim à autoridade, senão mudar os propósitos de seu empreendimento.

Suponhamos que uma revolução social houvesse derrubado os capitalistas, cuja autoridade dirige presentemente a produção e a circulação de riqueza. Admitamos – para nos colocarmos inteiramente no ponto de vista dos antiautoritários – que a terra e os instrumentos de trabalho converteram-se em propriedade coletiva dos operários que os utilizam. Teria desaparecido a autoridade, ou não teria senão mudado de forma?³²

Ao elaborar este questionamento, para o qual a resposta já aparece dada na elaboração do enunciado, Engels prestou-se a desfazer o argumento da autonomia individual, comum ao discurso libertário que bradava o

²⁸ Por blanquismo compreendemos uma das tradições do socialismo francês organizada em torno da liderança de Louis-Auguste Blanqui e contra a qual pesou a crítica de Marx e Engels, acusando uma condição utópica que, ao negar a luta de classes, tributava a emancipação dos trabalhadores à ação conspiratória de uns poucos “esclarecidos”. Cf.: GREENE, Doug Enea. *Communist insurgent: Blanqui's politics of revolution*. Chicago: Haymarket Books, 2017, *passim*.

²⁹ Referência, por sua vez, à Pierre-Joseph Proudhon, expoente do anarquismo francês e contra o qual Marx e Engels travaram diversos embates, da dimensão teórica às elaborações políticas, disputando a definição dos rumos da AIT.

³⁰ ENGELS, Friedrich; “Introdução”; in: MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*. Lisboa: Avante, 1984, p. 11.

³¹ ENGELS, Friedrich; “Sobre a autoridade”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1976, p. 119.

³² *Ibid.*

antiautoritarisimo anarco-sindicalista: debocha da autonomia individual, na fábrica, a autoridade do vapor! Como no ludismo, dar fim à autoridade na produção fabril só seria possível se fosse destruída a própria fábrica, regressando os trabalhadores ao trabalho servil no campo, ou mesmo que em ambiente citadino, nas estamentais oficinas de manufatura: em ambos os casos, na contramarcha da história. Ou seja, a vontade está subordinada à autoridade e a autoridade se impõe a partir das próprias condições materiais de existência e produção dos meios de vida.³³

Logo, é pueril defender como ato primeiro da revolução social a abolição da autoridade estatal e não a obliteração das relações sociais que a tornaram possível. E não seria a revolução a imposição da vontade da parte subalternizada da sociedade, uma vez convulsionada, por sobre aqueles que até então a oprimiam? Por sua vez, a fim de que seja alcançado este propósito seriam necessários os meios de guerra comuns à repressão (dos fuzis aos canhões); bem como para baterem-se contra o exército regular teriam os revoltosos que se organizar nos quadros de um exército revolucionário. Por fim, mesmo que tivessem sido alcançados os seus objetivos, seria preciso manter as forças contrarrevolucionárias sob vigília de organismos prontos para a sua contenção pela coerção direta, fazendo valer a máxima romana de que se é desejada a paz, é preciso preparar-se para a guerra³⁴.

No prefácio escrito em duas partes (a primeira em 1870 e a segunda em 1874), publicado na segunda e terceira edição de “A guerra camponesa na Alemanha”³⁵ (de 1870 e 1875, respectivamente³⁶), Engels lembrou ainda que em todas as revoluções havidas em França os trabalhadores, não sem razão, em tom de advertência escreveram nos muros das casas: “mort aux voleurs”³⁷, fuzilando-os sistematicamente não porque estariam, de qualquer forma, defendendo a propriedade alheia, mas porque este venal substrato subalterno,

³³ Ibid. p. 120 e 121.

³⁴ Do latim “Si vis pacem, para bellum”, locução atribuída a Públio Flávio Vegécio Renato, escritor romano do século IV, porém desconforme com o texto original onde pode-se ler: “Igitur qui desiderat pacem, praeparet bellum”, a saber: “assim quem deseje a paz, que prepare a guerra”, Cf.: VEGÉCIO, Flávio. *Compêndio de técnica militar*. Madrid: Cátedra, 2006.

³⁵ Utilizamos a edição ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

³⁶ A primeira edição foi publicada, em Londres, em 1850.

³⁷ “Morte aos ladrões”.

o lumpemproletariado, não seria fiel a absolutamente nenhum valor político caro ao motor ideário que pôs em marcha as revoluções de 1789, 1830 e 1848.³⁸

A concatenação que explica a necessidade de um exército revolucionário, mesmo consolidada a revolução, é resultado, sobretudo, de suas reflexões acerca dos destinos da Comuna de Paris, senão vejamos, como na maiêutica socrática que serviu de moldura à pergunta que, na articulação retórica, Engels empreendeu:

A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não fosse empregada essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? Não podemos, ao contrário, criticá-la por não se ter servido bastante dela?³⁹

Não se serviu, sabia Engels, e daí porque a comuna sucumbiu!

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. *As linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: UNESP, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo séc. XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BELMARTINO, Susana; “La Comuna de París”; in: *Historia del Movimiento Obrero*. Vol. 2. México DC: Centro Editor de América Latina, 1986.
- BOURGIN, Georges. *La comuna*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Capitalismo: origens e dinâmica histórica*. Porto Alegre: Pradense, 2016.
- COGGIOLA, Osvaldo; ZAGNI, Rodrigo Medina; “Capitalismo tardio: a Alemanha e a ordem europeia”; in: COGGIOLA, Osvaldo. *Do moderno ao contemporâneo: uma história do mundo na era do capital*. São Paulo: Livraria da Física, 2019.
- ELIAS, Norbet. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

³⁸ ENGELS, Friedrich; “Prefácio de A Guerra Camponesa na Alemanha”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. Cit. p. 130.

³⁹ ENGELS, Friedrich; “Sôbre a autoridade”; Op. Cit. p. 121.

ELIAS, Norbet. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ENGELS, Friedrich; “Prefácio de A Guerra Camponesa na Alemanha”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

ENGELS, Friedrich; “Sôbre a autoridade”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 2*. São Paulo: Edições Sociais, 1976.

ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich; “Introdução”; in: MARX, Karl. *A Guerra Civil em França*. Lisboa: Avante, 1984.

ENGELS, Friedrich; “A Guerra Civil na França”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

HUGO, V.; “Carta aos Srs. Maurice e Vacquerie”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii. Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.

GREENE, Doug Enaa. *Communist insurgent: Blanqui's politics of revolution*. Chicago: Haymarket Books, 2017.

KAUTSKY, K.; “La segunda comuna parisiense”; in: KAUTSKY, K.; TROTSKY, L. *Terrorismo y comunismo*. Madrid: Biblioteca Jucar, 1977, pp. 41-83

LENIN, Vladimir; “Ensinamentos da Comuna”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIDSKY, Paul. *Los Escritores Contra la Comuna*. México: Siglo XXI, 1970.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper Olivier. *História da comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

LUQUET, P.; “A Comuna de Paris”; in: DUNOIS, A.; LUQUET, P.; MARTOV, Y.; TROTSKY, L.; ZINOVIEV, G. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

MARTOV, Y. “Marx, Lênin e a Comuna de Paris”; in: DUNOIS, A.; LUQUET, P.; MARTOV, Y.; TROTSKY, L.; ZINOVIEV, G. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

MARX, Karl; “Marx a Paul Annekov, dezembro de 1846”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, Karl; “Marx a L. Kugelmann, abril de 1871”; *Princípios*. Revista Teórica, Política e de Informação. Ed. Anita Garibaldi, nº 7, Dez. 1983

MARX, Karl; “O que foi a Comuna de Paris?”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

MARX, Karl; “A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (1871)”; in: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *História, natureza, trabalho, educação*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Collected Works*. Vol. 18. Londres: Lawrence & Wishart, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RIMBAUD, A.; “Carta do Barão de Petdechevre a seu secretário no castelo de Saint-Magloire”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii*. *Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.

ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Global, 1986.

TROTSKI, Leon; “A Comuna de Paris e a Rússia dos soviets”; in: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Escritos Sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

VALES, J.; “Quando eles estiverem lá - A Festa - Decidam-se - É preciso escolher - Os nossos - Paris livre”; in: DAUDET, A.; DUMAS, A.; FLAUBERT, G. *et alii*. *Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.

VEGÉCIO, Flávio. *Compêndio de técnica militar*. Madrid: Cátedra, 2006.